

Lula responde a internauta; mande a sua pergunta

(Não Assinado)

O presidente Lula respondeu na coluna "Presidente Responde", lançado na última terça-feira (7), a pergunta de um internauta do DIÁRIO DO PARÁ que foi publicada no último dia 28 de junho.

A coluna é publicada em vários jornais brasileiros, cadastrados pela presidência da República. O DIÁRIO DO PARÁ é único do Estado cadastrado e participa da coluna enviando toda semana três perguntas elaboradas pelos nossos leitores.

Você, leitor e internauta, pode participar deste novo canal de comunicação com o presidente Lula. Para participar, se identificar com nome e sobrenome, e escrever sua pergunta no espaço de comentários abaixo deste texto. Em seguida, escreva sua idade, profissão e cidade onde mora.

A partir daí, o DIÁRIO selecionará as melhores perguntas que serão enviadas à Presidência da República. Serão escolhidas três perguntas a cada semana. Segundo o Planalto, as perguntas devem tratar de temas relacionados às políticas públicas e de relevância e interesse jornalísticos. A coluna "O Presidente Responde" será publicada no DIÁRIO todas as terças-feiras, no caderno Brasil.

O que você gostaria de perguntar para o Lula? Aproveite a oportunidade e fale com o presidente.

>> O PRESIDENTE RESPONDE

Coluna semanal do presidente Lula

João Paulo Borges Passos

27 anos, consultor técnico de Belém (PA)

P: Quando os tributos do nosso país poderão ser nos níveis dos demais países e não os mais elevados do planeta?

R: A nossa carga tributária está muito distante das mais elevadas do mundo. Há vários países, admirados pelos benefícios sociais que concedem, em que a carga é muito maior – Bélgica (44,4% do PIB), Suécia (48,2%) e Dinamarca (48,9%). Na outra ponta, há países, da África e da América Latina, em que a carga tributária é baixa, mas o Estado praticamente não existe e isso é muito ruim para o povo. No Brasil, a arrecadação de impostos está nos permitindo tocar programas que geram crescimento e empregos, como o PAC, e inclusão social, como o Bolsa Família. O resultado é a redução da desigualdade. Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que nos grandes centros a proporção de miseráveis caiu de 35% para 25%, de 2002 para 2008. Por outro lado, temos reduzido impostos em setores-chave da economia, como o de veículos, o de construção civil, cesta básica de alimentos e da linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar), o que tem permitido manter, girando a roda da economia em plena crise financeira mundial.

Sanelvo Cabral

70 anos, jornalista aposentado de Olinda (PE)

P: Por que o governo concede reajuste diferenciado entre o salário mínimo e os proventos de aposentados e pensionistas? Essa política só reduz o poder aquisitivo dos beneficiários. Não é por falta de dinheiro, porque o rombo do INSS está em outras fontes. Um aposentado tem reduzido em até 50% o valor da aposentadoria, após 9 ou 10 anos do benefício.

R: Nada menos do que 17,7 milhões de aposentados e pensionistas, ou 66,9% do total, recebem o piso previdenciário no valor do salário mínimo. Com a política do nosso governo de reajustar o mínimo acima da inflação, todos os que ganham o piso tiveram aumento real de 65% desde 2003. Trata-se da valorização daqueles que mais necessitam, algo inédito no país. A partir de 2007, começamos a antecipar o reajuste do mínimo em um mês, a cada ano. Assim, a partir de 2010, ele será efetuado no dia 1º de janeiro. Quanto aos que recebem acima do piso, a Constituição de 88 garantiu a recomposição da inflação e é isto o que estamos cumprindo rigorosamente. Não há perda. Neste momento, estamos em negociação com as centrais sindicais para definir um novo percentual de aumento para os aposentados que ganham acima do salário mínimo na perspectiva até de ampliarmos os ganhos em relação à inflação.

Adílson Rodrigues

40 anos, empresário de Curitiba (PR)

P: Tenho dificuldade em contratar funcionários para a minha empresa. A maioria dos entrevistados não quer ser registrada em função de estar recebendo o seguro desemprego e depois sai ou é dispensada por falta de interesse. Não está na hora de fazer uma reforma nas leis trabalhistas?

R: Nosso compromisso sempre foi com a criação de postos de trabalho. O índice de desemprego no Brasil, que era de 12,3%, em 2003, caiu ano a ano, até chegar a 7,9%, em 2008. Com a crise internacional, houve um leve aumento desse índice. O fato é que, de 2003 até agora, foram criados 10,5 milhões de novos empregos com carteira assinada. Mas não podemos esquecer a parcela que está fora do mercado. A Lei 7.998/90 garante ao desempregado o recebimento do seguro por três a cinco meses. Você fala em desinteresse dos funcionários, mas é preciso verificar se a razão não é a remuneração que está sendo oferecida. O fato é que o seguro desemprego é uma ação de justiça social da qual o Brasil não abre mão. Em 2008, sete milhões de trabalhadores receberam a ajuda quando estavam em dificuldade.

(Diário Online)